



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1069325-41.2020.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Alexandre de Moraes**
 Requerido: **Otoni Moura de Paulo Junior**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Guilherme Madeira Dezem**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c pedido de antecipação de tutela e indenização de danos morais proposta por **ALEXANDRE DE MORAIS** em face de **OTONI MOURA DE PAULO JUNIOR** em que alega, em síntese, ter o requerido, Deputado Federal, propagado conteúdo ofensivo nas mídias sociais *instagram*, *facebook*, *twitter* e *youtube* causando graves danos à sua honra e imagem. Afirma, ainda, que a imunidade material de que gozam os parlamentares não alcança manifestações fora da casa legislativa e sem correlação com a função legislativa exercida sendo, portanto, inaplicável ao presente caso. Pugna pela procedência total da ação tornando definitiva a tutela antecipada para que os vídeos sejam removidos e para condenação do requerido em danos morais.

A tutela antecipada foi deferida às fls. 47/49.

Citado o requerido contestou o feito às fls. 114/126 e alegou, em síntese, ter manifestado em seus vídeos opiniões populares e, ainda, sob a imunidade parlamentar uma vez que teria publicado vídeos fora do congresso mas como parlamentar. Alega, ainda, que após perceber excessos dos seguidores teria excluído alguns vídeos mantendo, tão somente, os que representavam sua opinião de parlamentar. Afirma que os alegados danos morais não existiram no presente caso. Pugna pela improcedência total da demanda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Houve réplica às fls.164/176.

Quanto às provas, o autor pugnou pelo julgamento antecipado da lide (fls. 184) e o requerido não se manifestou. Vieram documentos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

No mérito o pedido é procedente.

Analisando os autos é possível verificar a veracidade das afirmações do autor quanto ao conteúdo difamatório contido nas manifestações do requerido, Deputado Federal.

O comportamento ofensivo do requerido, em suas redes sociais, ultrapassa os limites da manifestação do pensamento e a liberdade de expressão, uma vez que humilha, ofende e ataca, diretamente, a honra e a imagem do autor.

O alegado exercício do direito de manifestação encontra limites do âmbito de proteção de outro direito individual, em outras palavras, não se pode admitir que a liberdade de expressão legitime ataques ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, como é o caso dos autos.

Quanto à alegação de que as manifestações estariam acobertadas pela imunidade parlamentar, importante apontar que o réu estava fora da casa legislativa e lá produziu material ofensivo à honra e imagem do autor fazendo uso de expressões como: “cabeça de ovo”, “cabeça de piroca”, “Alexandre de Moraes você é um lixo”, “você é um esgoto”, entre outras tantas manifestações desproporcionais e que não se relacionam com a atividade parlamentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

A imunidade parlamentar, a que se refere o requerido, protege o parlamentar que, no exercício da função ou em razão dela, profere palavras, opiniões e votos relacionados com a atividade exercida, ou seja, relacionadas com a atividade parlamentar, o que não pode justificar manifestações como as citadas já que puramente ofensivas e proferidas no intuito de ofender à honra e a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, além de as manifestações terem sido emitidas fora da casa legislativa e também se verifica ausência de conexão entre as manifestações proferidas pelo requerido com o exercício do mandato. Analisando os autos, não vislumbro conexão de manifestações como “cabeça de piroca” ou até mesmo “cabeça de ovo”, com a função exercida pelo requerido como Deputado Federal e pelo autor como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Em geral tenho dado prevalência, quando do conflito entre direitos, à liberdade de expressão. No entanto este não é o caso. O Estado deve tomar muita cautela para não tolher manifestações, notadamente de parlamentares. Parlamentares são a manifestação concreta do resultado das eleições e bem por isso deve-se tomar muita cautela ao analisar suas manifestações.

Ao mesmo tempo deve se acautelar para que a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar não sejam utilizadas como escudo para práticas inadequadas. Neste caso foi ultrapassada a linha e cabe ao Poder Judiciário promover a correção do erro.

Quanto ao alegado dano moral, as manifestações ofensivas, proferidas em ambiente virtual pelo requerido, alcançaram dimensões relevantes levando-se em conta que se trata de parlamentar com muitos seguidores, tanto assim, que, em contestação, o próprio requerido aponta para os excessos cometidos pelos seguidores inflamados pelo conteúdo do material produzido o que teria, inclusive, motivado exclusão de alguns vídeos postados.

O autor é pessoa pública detentor de cargo na estrutura do Poder Judiciário com interesse em zelar por sua reputação. As ofensas proferidas promoveram situação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

vexatória causadora de danos morais indenizáveis, na medida em que em nada se relacionam com a atividade parlamentar exercida pelo requerido.

Reconhecida a existência do dano moral, passa-se agora à difícil tarefa de sua quantificação. Tão difícil é esta valoração que o Superior Tribunal de Justiça organizou uma tabela com o entendimento do tribunal.

É evidente que esta tabela é meramente exemplificativa e não impositiva, mas serve para algum parâmetro de orientação:

Evento	2º grau	STJ	Processo
Recusa em cobrir tratamento médico-hospitalar (sem dano à saúde)	R\$ 5 mil	R\$ 20 mil	Resp 986947
Recusa em fornecer medicamento (sem dano à saúde)	R\$ 100 mil	10 SM	Resp 801181
Cancelamento injustificado de voo	100 SM	R\$ 8 mil	Resp 740968
Compra de veículo com defeito de fabricação; problema resolvido dentro da garantia	R\$ 15 mil	não há dano	Resp 750735
Inscrição indevida em cadastro de inadimplente	500 SM	R\$ 10 mil	Resp 1105974
Revista íntima abusiva	não há dano	50 SM	Resp 856360
Omissão da esposa ao marido sobre a verdadeira paternidade biológica das filhas	R\$ 200 mil	mantida	Resp 742137



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Morte após cirurgia de amígdalas	R\$ 400 mil	R\$ 200 mil	Resp 1074251
Paciente em estado vegetativo por erro médico	R\$ 360 mil	mantida	Resp 853854
Estupro em prédio público	R\$ 52 mil	mantida	Resp 1060856
Publicação de notícia inverídica	R\$ 90 mil	R\$ 22.500	Resp 401358
Preso erroneamente	não há dano	R\$ 100 mil	Resp 872630

Interessante também considerar o pensamento do eminente des. Felipe Ferreira nessa tarefa:

Nesse esteio, na fixação da indenização pelo dano moral, como já tivemos a oportunidade de decidir, cabe ao juiz nortear-se pelo princípio da razoabilidade, para não aviltar a pureza essencial do sofrimento que é do espírito, evitando a insignificância que o recrudescer ou o excesso que poderia masoquisá-lo. (TJSP, Apelação 0011762-17.2012.8.26.0576, 26.ª Câmara de Direito Privado, j. em 19.06.2013).

Considerando a orientação contida na tabela acima, considerando o alcance das redes sociais do requerido e os demais parâmetros como capacidade do próprio requerido e do autor, arbitro os danos morais em R\$ 70.000,00.

Ante o exposto **ACOLHO** o pedido, com resolução do mérito (art. 487, I, CPC) para: 1) **CONDENAR** o requerido no pagamento de danos morais no valor de R\$ 70.000,00, com juros legais de mora a partir da citação à base de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data e 2) **TORNAR DEFINITIVA** a tutela deferida.

Diante da sucumbência do requerido, custas, despesas e honorários serão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
44ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

por ele suportados estes arbitrados em 10% sobre o valor da condenação atualizado (artigo 85, parágrafo 2º, CPC).

Custas de apelação a recolher em guia própria (DARE), pelo Código 230-6 R\$ 2800,00 equivalente a 4% sobre o valor da condenação conforme tabela do E. TJSP ressalvado o valor mínimo de 05 e máximo de 3000 UFESP de acordo com a Lei 11.608/03.

Transitado em julgado, certifique-se.

P.R.I.

São Paulo, 26 de janeiro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**